

## A EMERGÊNCIA DAS ORAÇÕES CONFORMATIVAS INTRODUZIDAS POR “PELO QUE”: UM ESTUDO DIACRÔNICO

Cassiano Luiz do Carmo Santos<sup>1</sup>

**RESUMO:** Neste artigo, analisa-se a emergência das orações de conformidade introduzidas por “pelo que” com base nos pressupostos dos Modelos Baseados no Uso de Bybee (2010). Pretendemos demonstrar como dois fenômenos relacionados à mudança linguística, a saber, *chunking* e neoanálise desempenharam papel fundamental nesse processo. O primeiro corresponde a um processo cognitivo de domínio geral. Demonstraremos também como essas orações são polifuncionais semanticamente, nos termos de Kortmann (2001). Trata-se de um estudo de cunho qualitativo, com base em um *corpus* diacrônico. Na conclusão, ressalta-se a importância pedagógica de se trabalhar com dados reais de uso da língua na sala de aula de língua materna.

**Palavras-chave:** Conformidade. *chunking*. Neoanálise.

### THE EMERGENCE OF CONFORMITY CLAUSES INTRODUCED BY “PELO QUE”: A DIACHRONIC STUDY

**ABSTRACT:** In this article, we analyze the emergence of clauses of conformity introduced by “pelo que” based on the postulates of Usage Based Models by Bybee (2010). We intend to demonstrate how two phenomena related to linguistic change, namely, chunking and neoanalysis, play a fundamental role in this process. The first phenomenon corresponds to a domain-general cognitive process. We also demonstrate how these clauses are semantically polyfunctional, according to Kortmann (2001). This is a qualitative study, based on a diachronic *corpus*. In the conclusion, we highlight the pedagogical importance of working with real use data of language at mother tongue classrooms.

**Keywords:** conformity. chunking. neoanalysis

### Introdução

Nem sempre houve consenso sobre o tratamento das chamadas orações adverbiais de conformidade (ou conformativas)<sup>2</sup>, pois no período anterior à publicação da Norma Gramatical Brasileira (NGB), ou eram ignoradas, como em Maximino Maciel (1931) ou agrupadas entre as orações comparativas, como em Said Ali (1969). Mais recentemente,

---

<sup>1</sup> Doutor em Instituição: Professor no Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e professor da especialização em Estudos Linguísticos e Literários (Ellit). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1706-4575>  
E-mail: [cassiano.santos@ifrj.edu.br](mailto:cassiano.santos@ifrj.edu.br)

<sup>2</sup> Doravante referidas como orações conformativas ou de conformidade.

a “ideia de conformidade” nas gramáticas tradicionais de língua materna é inserida, na morfologia, entre as preposições acidentais e, na sintaxe, entre a subordinação adverbial. Interessa-nos, para os fins deste artigo, este segundo caso.

No geral, recorre-se ao critério semântico para a definição destas orações, após o que, elencam-se as conjunções que introduzem esta noção, como se observa abaixo:

A oração conformativa traduz a conformidade de um pensamento com o pensamento contido na oração principal. Inicia-se por uma das conjunções “conforme, consoante, segundo e como” (com o sentido de conforme) – e só aceita a forma de oração desenvolvida (LIMA, 2010, p. 348- grifo nosso)

O mesmo ocorre em Mesquita (1999, p. 457):

As orações conformativas indicam um acordo, uma conformidade entre o acontecimento que exprimem e a ação registrada pelo verbo da oração principal. Estabelecem, portanto, um acordo ou uma conformidade entre os eventos enunciados nas orações. Principais conjunções: “conforme, como (=conforme), segundo, consoante” (grifo nosso).

Por se tratar de gramáticas prescritivas e, portanto, basearem suas normas em contextos formais da língua, como o literário, acabam “deixando escapar” estruturas menos canônicas para a expressão da noção de conformidade, como é o caso da construção “pelo que”, a qual ocorre com valor conformativo desde o século XVI, como demonstra o *corpus* utilizado nesta pesquisa.

O trecho abaixo ilustra uma oração conformativa encabeçada por “pelo que”:

*“A KBB ainda não completou um mês de atividades. Mas já vem recebendo um número expressivo de consultas. Entre elas, a do Domingos, que queria conseguir vender bem o seu Renault Mégane 2008. Mas o carro não é um Mégane qualquer. Enquanto qualquer outro modelo do mesmo ano estaria com cerca de 93.200 km, o do nosso leitor tem apenas 32.000 km. E o estado de conservação, “pelo que ele nos disse”, está excelente”.*

<https://www.kbb.com.br/detalhes-noticia/leitor-consulta-venda-carro-kbb/?ID=168>, acessado em 14 de set. de 2024.

A oração acima destacada é uma oração de conformidade, pois aplicando o critério da substitutibilidade, é equivalente a “conforme/segundo/consoante ele nos disse”. Além disso, como posto por Carmo Santos (2018), outros fatores semântico-pragmáticos contribuem para uma leitura conformativa, tal como a natureza do verbo da oração adverbial, que geralmente é um verbo *dicendi*, ou seja, verbos que envolvem troca

simbólica de significado (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 1999), tais como os verbos “dizer”, “alegar” e “responder”, por exemplo. Outro tipo verbal comum entre as orações conformativas é o verbo mental: verbos que descrevem estados da consciência, envolvendo noções como “sentir”, “pensar” e “perceber”.

Devido ao fato destes verbos serem os mais comuns entre essas orações (apesar de não exclusivos), podemos dizer que a oração de conformidade contribui para a “polifonia do discurso”, isto é, traz ao texto a fala ou o pensamento de outras pessoas. Partindo destes pressupostos e por meio de uma análise diacrônica, mostraremos como o conceito de “polifuncionalidade semântica” nos ajuda a entender a emergência das orações de conformidade introduzidas por “pelo que” ao longo do tempo, para o qual concorreram dois processos: *chunking* e “neoanálise”.

### **Fundamentação teórica**

Esta seção está subdividida em duas partes. Na primeira, teço considerações sobre os Modelos Baseados no Uso e os processos cognitivos de domínio geral, com atenção especial para o *chunking*. Na segunda, apresento a proposta do linguista alemão Bernd Kortmann (2001) para a análise das orações adverbiais, das quais as orações conformativas introduzidas por “pelo que” constituem um tipo.

#### *Modelos Baseados no Uso e os processos cognitivos de domínio geral*

Embora os Modelos Baseados no Uso ou Teorias de Língua Baseadas no Uso possuam já uma longa tradição, conforme apontam Bybee, Perkins e Pagliuca (1994), eles não dominaram o cenário da ciência linguística no século XX, influenciado, sobretudo, por teorias formais da língua.

Estas teorias afirmavam que a língua é um sistema um tanto quanto fixo, dotado de regras que raramente se alteram. Afirmava-se também que a língua poderia ser estudada independentemente do contexto, do uso ou de interações com outros aspectos da cognição. Em outras palavras, a língua é “forma” (para se retomar o termo estruturalista) autônoma e autossuficiente.

Com raízes em duas outras grandes tradições linguísticas, a Linguística Firthiana e a Linguística Enunciativa, trazendo da primeira o foco voltado para o contexto e da segunda, voltado para teorias sobre a estrutura da língua baseadas em atos de fala, os

Modelos Baseados no Uso entendem a língua justamente de forma diversa de aportes teóricos formais.

Dentre os vários postulados de um modelo baseado no uso, podem-se destacar: a afirmação de que há uma relação íntima entre as estruturas linguísticas e as instâncias de uso, a importância atribuída à frequência, o papel central (e não-periférico) dado à compreensão e à produção, e a concepção de gramática como integrada, isto é, não se reconhecem módulos específicos para os seus componentes, não se admitem histórias derivacionais de formas superficiais, entre outros.

São formuladas também hipóteses sobre a aquisição da linguagem. Acredita-se que, em fase de aquisição, o sistema linguístico do falante se dá em função da relação entre aspectos cognitivos inatos e a experiência com a língua (uso). Ou seja, o sistema é abstraído (transforma-se em uma entidade abstrata) a partir das experiências de uso.

Da afirmação anterior, resulta que as relações entre as representações abstratas da gramática do falante e os eventos de uso experienciados por ele são mais diretos do que geralmente tem se assumido. O que significa dizer que há uma correspondência direta entre o *input* e o *output*, o abstrato (ou seja, o sistema linguístico) e o particular (a produção do falante). Merece também consideração a Gramática Baseada no Uso de Bybee (2010), para quem três elementos são fundamentais na constituição da gramática: processos cognitivos de domínio geral, variação e uso.

O primeiro elemento diz respeito ao fato de a língua ser vista como resultado da atuação de “processos dinâmicos” que operam em todas as áreas da cognição humana, ou seja, são responsáveis tanto pelo comportamento humano como pela linguagem. Estes processos são cinco, a saber: categorização, *chunking*, representação mnemônica rica, associação transmodal e analogia.

Para os propósitos deste artigo, interessa-nos o processo de *chunking*. Segundo Bybee (2010), um *chunk* é uma relação sequencial que ocorre devido à repetição (frequência) de itens que ocorrem juntos (coocorrem) em um determinado contexto. É, portanto, uma relação no nível sintagmático e essencial para a organização geral da memória. Cunha, Bispo e Silva (2013, p. 32) afirmam que este processo é o “responsável pela formação de estruturas mais complexas a partir de sequências que frequentemente coocorrem”. Veremos que a ocorrência frequente da preposição “*per/por*” seguida do pronome demonstrativo “o” e de uma oração relativa introduzida por “que” está na origem das orações conformativas introduzidas por “pelo que”.

Um outro mecanismo de mudança amplamente estudado na literatura e também importante para a compreensão do fenômeno aqui discutido é a “neoanálise”, termo cunhado por Andersen (2001, *apud* Traugott & Trousdale (2013)). Anteriormente conhecido em estudos de gramaticalização como “reanálise”, este mecanismo de mudança envolve uma nova interpretação de determinada construção, seja na forma, seja no significado. Daí Traugott & Trousdale (2013) afirmarem que a neoanálise consiste em um micropasso de uma mudança construcional<sup>3</sup>.

Como exemplo de neoanálise, os autores citam o desenvolvimento do quantificador da língua inglesa *a lot of/lots of*. Inicialmente significando “um pedaço de”, consistindo em uma construção partitiva, conserva pragmaticamente a implicatura de quantidade e passa a significar “grande quantidade” (TRAUGOTT & TROUSDALE, 2013, p. 37), tornando-se um quantificador. Ou seja, há mudança semântica, a qual, por sua vez, acarretará uma mudança na fronteira de constituinte: em outras palavras, a preposição *of* passa a constituir um elemento fonológico do quantificador e não mais se liga ao segundo sintagma nominal da estrutura.

O segundo elemento importante para a constituição da gramática é a “variação”. Associada à gradiência, é a razão pela qual a língua é considerada um sistema adaptativo complexo e não pré-planejado, como “um prédio” (conforme metáfora utilizada pela autora), devido à sua natureza mutável/variável. Defende-se, portanto, que as categorias linguísticas formam um contínuo, ao longo do qual os elementos linguísticos se movem, e que podem, por meio de mudanças graduais ao longo do tempo, migrar de categoria.

O terceiro elemento, o “uso linguístico”, refere-se ao fato de que as instâncias da língua serem convocadas repetidamente. Esta repetição constante causaria um impacto na representação cognitiva da língua, interagindo com os processos cognitivos. Desta interação surgem as construções e se possibilitaria a mudança. Entretanto, o papel da frequência (ou repetição) é discutível dentro de uma abordagem centrada no uso. De um lado, há teóricos que defendem a proeminência da frequência sobre o processo de mudança (BYBEE, 2003), enquanto outros não a consideram central para que haja o processo.

---

<sup>3</sup> Para os autores, uma “construção” corresponde a um pareamento simbólico de forma e de significado. Quando há alteração em apenas uma destas dimensões, tem-se uma “mudança construcional”. Caso uma construção sofra mudança tanto de forma como de significado, há o fenômeno de “construcionalização”, que pode ser de dois tipos: lexical e gramatical.

*Subordinação adverbial e polifuncionalidade sintática e semântica:*

Kortmann (2001) apresenta um estudo tipológico acerca da subordinação adverbial. Com foco na morfossemântica desta classe de subordinadores, seu estudo conta com uma amostra representativa das línguas europeias, abrangendo um total de 49 línguas e a análise de cerca de 2.000 itens (KORTMANN, 2001, p. 3).

O linguista alemão afirma que o escopo semântico das “relações adverbiais” é parte indispensável à cognição humana, pois expressam relações básicas, como simultaneidade, causa, condição e modo<sup>4</sup>. Dessa forma, as línguas terão um conjunto de “morfemas livres ou presos” que, em pelo menos uma de suas funções, servirão para expressar tais relações.

Fazem parte deste conjunto de morfemas as “conjunções adverbiais”, definidas pelo autor como “morfemas livres que operam sobre uma oração subordinada adverbial” (KORTMANN 2001, p. 843, tradução nossa). Esta última é definida como “construções constituídas por duas orações em que se diz que uma oração modifica a outra da mesma forma que um advérbio modifica uma proposição (KORTMANN, 2001, p. 843, tradução nossa)”.

Além de a) constituírem formas livres não flexionáveis e b) operarem sobre uma oração subordinada tipicamente finita (apesar de este não ser um critério válido translinguisticamente), outras duas características definem as conjunções adverbiais: c) não preenchem função sintática na oração subordinada e d) adotam uma posição fixa na margem da oração subordinada.

Quanto a este último parâmetro, sabe-se que a maioria das línguas europeias usa exclusivamente conjunções adverbiais no início da oração subordinada. Vale lembrar que há, neste aspecto, uma correlação universal entre adposições e posição de conjunções adverbiais na oração subordinada: línguas que se utilizam de preposições empregarão conjunções adverbiais em posição inicial da oração e as que se utilizam de posposições utilizarão conjunções adverbiais em posição final da oração.

Pelo fato de a Língua Portuguesa utilizar preposições, as conjunções usadas para veicular a noção de conformidade, como ‘segundo, conforme’ e inclusive a conjunção alvo deste estudo, “pelo que”, aparecerão em posição inicial nas orações adverbiais conformativas.

---

<sup>4</sup> Vale dizer que o autor aloca a relação de conformidade entre as de modo, conforme a tradição linguística de língua inglesa.

Em algumas línguas, a posição da conjunção adverbial estará ligada a uma questão semântica. Conjunções adverbiais de tempo de certas línguas do Oriente e do Sudeste da Ásia, por exemplo, quando derivam de substantivos que significam “tempo” ou quando derivam de substantivos relacionais que significam “atrás, frente”, obrigatoriamente ocupam a posição final da oração. As propriedades supracitadas ajudam a distinguir as conjunções adverbiais de outras classes de palavras invariáveis, como as preposições, por exemplo.

Com uma média de 60 conjunções adverbiais por língua, o SAE (sigla para Europeu médio padrão)<sup>5</sup> se caracteriza justamente pela riqueza, tanto em número como em diversidade semântica, deste tipo de conjunção.

As conjunções adverbiais são frequentemente “polifuncionais sintaticamente”, pois servem a outras funções sintáticas. Citem-se, a título de exemplo, os vocábulos ‘*after*’ e ‘*before*’<sup>6</sup>, da Língua Inglesa, que além de exercerem a função sintática de conjunção adverbial, também podem ocorrer como “preposições” e “advérbios”. Esta propriedade se restringe (no SAE) a um número pequeno de conjunções: apenas à metade das conjunções adverbiais constituídas por uma palavra só (monomorfêmicas), quase nunca a conjunções que constituem sintagmas.

Kortmann denomina o primeiro grupo de conjunções, isto é, aquelas em que a função conjuntiva não é o único uso, “conjunções secundárias”, e o segundo grupo, conjunções que servem exclusivamente à subordinação adverbial, “conjunções primárias”. Este fato leva Kortmann a postular uma correlação (inversamente proporcional) entre a complexidade formal da conjunção adverbial e sua polifuncionalidade sintática: quanto menor o grau de complexidade morfológica, maior a probabilidade de que a conjunção pertença também a outras classes de palavras.

Além de adposições (na maioria dos casos, preposições) e advérbios, as conjunções secundárias também podem exercer a função sintática de marcadores interrogativos, relativizadores e complementizadores. Tais classes de palavras também constituem a maior fonte de conjunções adverbiais nas línguas europeias<sup>7</sup>. O autor

---

<sup>5</sup> Sigla oriunda do inglês “*Standard Average European*”, refere-se a uma área linguística na Europa (*Sprachbund*) que compreende as línguas românicas, germânicas, balto-eslavas e as línguas fino-úgricas. Esta área linguística foi proposta por Benjamin Whorf e tem sido amplamente aceita desde então. (HASPELMATH *et alii*, 2001: 1492)

<sup>6</sup> Cujas traduções são, respectivamente: “após” e “antes”.

<sup>7</sup> Este fenômeno difere em línguas de verbo serial e línguas do Extremo Oriente, em que as principais categorias que originam conjunções adverbiais são verbos e substantivos.

salienta o fato de que, em geral, palavras que desempenham essas funções sintáticas passam a ser recrutadas para exercer a função de conjunção adverbial, raramente o contrário. Isto leva Kortmann a dizer que a função adverbial é uma função de “sobreposição”<sup>8</sup>.

No *corpus* utilizado pelo autor, a maioria das línguas são monossêmicas (63,5%), ou seja, veiculam apenas uma relação adverbial. Os casos de polissemia corresponderam a 22,5% da amostra e se restringem a conjunções que expressam, em sua maioria, apenas duas relações adverbiais. Assim sendo, as conjunções adverbiais parecem sustentar a “hipótese do isomorfismo”, segundo a qual uma forma tende a ter apenas um significado<sup>9</sup> e uma função sintática<sup>10</sup>.

Por conseguinte, as conjunções adverbiais podem apresentar “polifuncionalidade semântica”. Isto é, uma mesma conjunção adverbial pode expressar mais de uma relação semântica (podendo ter uma relação como a mais frequente ou primária). Tal como ocorreu com a polifuncionalidade sintática, os casos de polifuncionalidade semântica também ocorrem majoritariamente com conjunções adverbiais monomorfêmicas.

Mais uma vez, uma relação inversa pode ser estabelecida entre o grau de complexidade formal de uma conjunção adverbial e seu grau de polissemia: quanto mais reduzida formalmente for uma conjunção, maior é a probabilidade de a) ela ser polissêmica e b) ser polissêmica com três ou mais de dois significados.

## Metodologia

Este trabalho consiste em um estudo qualitativo, ou seja, o interesse limita-se à descrição dos dados, seus contextos e não na operacionalização de variáveis (Álvares e Freitas, 2018).

Utilizamos como *corpus* o organizado por Torrent (2009), constituído por textos escritos pertencentes a diferentes gêneros textuais, tanto de português europeu – com dados do século XIII ao XVII – como dados de português brasileiro – do século XVIII ao XIX. A amostra conta com um total de 526.453 palavras. Para o século XXI, recorreremos à amostra organizada pelo PEUL (Projeto de Estudos do Uso da Língua, da UFRJ), utilizando-nos dos textos pertencentes aos tipos textuais narrativos e argumentativos.

---

<sup>8</sup> Tradução própria para o termo “*overlay function*” (Kortmann, 2001:845)

<sup>9</sup> Tendência a se distanciarem da polissemia e se aproximarem da monossemia.

<sup>10</sup> Kortmann cita, por exemplo, que no Latim e no Grego, mais da metade (53,4%) das conjunções adverbiais eram polissêmicas, ao passo que a proporção média nas línguas europeias modernas caiu para 1/3. Essa mudança semântica também foi acompanhada por diminuição de polifuncionalidade sintática.



## Análise dos dados

O primeiro dado esclarecedor acerca do surgimento de orações introduzidas por “pelo que” na verdade é encabeçado pela preposição “por”. O que não nos surpreende, uma vez que, segundo Mattos e Silva (2013):

de étimos distintos, se entrecruzaram ao longo da história, permanecendo por, enquanto *per* ficou apenas na forma aglutinada ao artigo (pelo, -a, -s, que, no período arcaico, era polo, -a, -s, construída sobre por) (MATTOS E SILVA, 2013, P. 164).

O trecho em questão, retirado de um texto do século XVI, corrobora a hipótese desta teórica, a saber, que a forma “pelo” coocorria com uma forma construída sobre a preposição *por* (*polo*: *por* + *o*):

trazem, aquelles colares d ouro com tantos diamãees, e rubis e perllas asy mesmo, e asy manilhas nos braços, e asy nos buchos como em baixo as suas cintas e manilhas, nos pees certamente; mais a maravilha se deve ter que a outra cousa, huas molheres e tal officio alcançarem tanta riqueza, e há molheres antre ellas que tem terras que lhe derão, e amdores, e tantas cryadas que he espanto fallar em suas cousas, a molher nesta cidade que dizem que tem cem Mill pardaos, e creio ser asy “por o que vy d ellas. (CRÔNICAS DOS REIS DE BISNAGA – século XVI).

O trecho acima fala a respeito das mulheres de uma determinada cidade que detêm muitas posses, que causam vislumbre ao narrador. Tal fato é evidenciado por expressões como “alcançarem tanta riqueza” e “há molheres antre ellas que tem terras”, por exemplo. Após esta enumeração, que funciona como evidência concreta ao leitor, a respeito do que narra o narrador, surge uma oração complexa introduzida por “e”, elemento que possuía no português arcaico, dentre suas várias funções, a de “encadear uma narrativa” (BARRETO, 1999, p. 186). Com este valor, “e” assemelhava-se aos marcadores conversacionais “aí” e “então”, do português contemporâneo falado.

A oração introduzida por “por o que” é uma oração encaixada na oração matriz “ser asy”, constituindo com ela uma oração complexa. O elemento ‘o’ funciona como um pronome demonstrativo (e não como artigo) anafórico, retomando as evidências apresentadas pelo narrador que, em última análise, servem de base para o mesmo afirmar

que “as coisas” na cidade realmente acontecem “em conformidade com” o que ele está narrando.

Após o pronome demonstrativo, de uma perspectiva sintática, segue-se uma oração relativa introduzida por “que”. Se realizarmos uma leitura menos composicional da estrutura, ou seja, se não considerarmos a estrutura relativa que se segue ao pronome demonstrativo, notaremos que o trecho acima também é compatível com uma leitura de causa, a qual poderia ser introduzida, por exemplo, por uma conjunção como “porque”. É possível também uma leitura de conformidade, nesse caso parafraseável por “segundo vi”, “de acordo com o que vi”. Assim, de acordo com Kortmann (2001), podemos falar que “por o que” apresenta “polifuncionalidade semântica”.

Ao mesmo tempo, este fato parece ser uma contraevidência à relação entre complexidade formal e polifuncionalidade semântica, exposta pelo autor, uma vez que “pelo que” é tanto complexa formalmente, como polifuncional semanticamente.

Segundo a classificação proposta por Fagard (2009), “pelo que” é uma locução conjuntiva, por ser polissilábica, como se depreende do trecho abaixo de sua classificação de conjunções causais:

Para as conjunções de subordinação causais, nas línguas romanas, constata-se a existência das três últimas categorias: conjunções monossilábicas, polissilábicas e construções livres. Talvez nós poderíamos, além disso, considerar que os morfemas (fr., esp, cat., port., oc.) que/ (it.) che/ (roum.) ca, que entram na formação de um número de conjunções ou locuções conjuntivas causais, estão em vias de se tornarem afíxos. (FAGARD, 2009, p. 8) (tradução própria)

Assim, pelo exposto acima, “pelo que” pode ter sido motivado morfológicamente, por meio de “reforço”, isto é, devido ao acréscimo do subordinador “que” à contração “pelo”, processo comum na formação de conjunções subordinativas nas línguas românicas.

No trecho abaixo, a conjunção complexa “pelo que” também introduz uma oração causal:

Darlhaeis, e “conforme” a ella lhe direis todas as boas palavras que vos mais parecerem que servem, pera elle ver que eu sey o que elle tem feito, e que sua vomtade e pessoa ystimo muyto, de que terey sempre aquella lembrança que he Rezãa pera tudo o que lhe de mim cumprir, como o elle mereçe e “segundo” o amor e bõoa vomtade que lhe eu tenho; que aleem da Rezam que pera ysso ha, **por** ser irmão do duque meu irmão, “pollas” grandes calidades de sua pessoa e “pelo que d’elle

conheço pera minhas cousas”, he muyto gramde e o mais que lhe vos saberes muy bem dizer.

(CARTAS D. JOÃO III – século XVI)

O trecho acima pertence ao gênero cartas do século XVI. Nele, inicialmente, o rei Dom João III utiliza uma série de orações a fim de elogiar o Duque de Nemurs e mostrar o apreço que possui por ele. Percebe-se no trecho, o uso de duas construções conformativas (os dois primeiros vocábulos destacados), ambas encabeçadas por preposição. Por meio de “redobro”<sup>11</sup>, introduzidos pela preposição “por” (cuja semântica envolve causa), expõem-se “as razões” pelas quais o duque merece uma carta de marca<sup>12</sup>. Surge aí, uma oração com “pelo que” de valor causal, parafraseável por outra conjunção de mesmo valor semântico, como “pois” ou “porque”.

Outras orações introduzidas por “pelo que” apresentaram “valor semântico de explicação”. Por vezes, ele se dá por meio de uma relação frouxa entre as orações (Neves, 2011, p. 806), como nos casos abaixo, em que a oração introduzida por “pelo que” serve meramente para justificar o ato de fala codificado pela oração nuclear:

E sendo este partido assi favoravel para os soldados, poria o povo em tal miseria, que nem para conseguir a escravidão, lhe ficava esperança. “Pello que (clamavão elles) melhor era renderse á força dos inimigos”, q à cobiça dos seus proprios; e fazer a prudencia, o que a malicia pretendia. (EPANÁFORAS DE VÁRIA HISTÓRIA PORTUGUESA – séc. XVII)

Senhor C. R. C. (Pernambuco) Recebemos a sua carta. A Galeria não será remetida em quanto Vossa mercê não nos satisfazer com a importan-cia da assignatura semestral. E' estylo da casa. Senhor M. C. (Ponta Grossa) Foram os números da <<Galeria>>. Desculpe a demora. Seu amigo ainda não nos abonou a importancia de sua assignatura, “pelo que deixamos de remetter a collecção que nos pede. (CARTA DOS LEITORES DOS ESTADOS, Paraná – séc. XIX)

Foram encontrados também casos em que a conjunção complexa “pelo que” apresentou leituras de conclusão, além de constituírem orações relativas.

Por fim, os exemplos abaixo ilustram casos em que a conjunção introduz orações de conformidade:

Vy o que espreveis sobre a caravella que vos dizem que teera bõo espediente. Fernã d’Alvarez me dise que lhe derã Recado que em Medina se venderia a çem cruzados o quintall; porem, “pelo que se vyo

<sup>11</sup> O redobro neste trecho consiste na repetição de uma preposição, por. O redobro por preposição, contudo, não é proposto por Castilho (2013).

<sup>12</sup> Carta de marca: documento emitido pelo governo de um país pelo qual seu dono era autorizado a atacar navios (piratas) e povoados (bases) de nações inimigas.

pelos cõtratos pasados”, parece que se o cravo estaa abatido e tem pouco espidiente e valia.

(CARTAS D. JOÃO III – séc. XVI)

Maria Reneè , Estou triste ! Meu maior presente , “pelo q deduzi da carta recebida hoje” , você não recebeu . Era uma joia ! Rara ! Os brilhantes , topazios , rubis , safiras , berilos Não lhe chegam aos pés !

(CORPUS ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO SERTÃO – séc. XX)

O *Senhor* Antonio Joaquim de Mello não | possui tão grandes conhecimentos como *Senhor* Monteiro; mas é de um caracter invaria- | vel ; e o seu patriotismo está reconhecido a | prova de bomba; em fim é um liberal ex- | perimentado nas crizes as mais perigosas. || Tenho expendido o que sinto a res- | peito dos tres indicados para serem eleitos. | mas a qual deveremos preferir ? Eis o que | não me cumpre decidir; e por isso digo-te | que votes naquelle, de quem formares me- | lhor conceito, dirigindo-te unicamente “pelo que te ditar a tua consciencia”.

(CARTA DOS LEITORES DOS ESTADOS, Pernambuco – séc. XIX)

No primeiro exemplo, a oração introduzida por “pelo que” ocorre anteposta à sua oração nuclear e o verbo que nela ocorre é mental. Por ser facilmente parafraseável por “segundo se viu dos contratos passados/ conforme se viu...”, pode-se dizer que a oração apresenta valor conformativo. É possível também uma paráfrase por meio de um Sprep conformativo: “segundo os contratos passados/ conforme os contratos passados”.

O mesmo ocorre no exemplo seguinte, pertencente ao século XX, em que a oração adverbial é, desta vez, intercalada à oração nuclear. O terceiro exemplo também é parafraseável por uma outra conjunção de conformidade e a oração é posposta à oração nuclear. O verbo que ocorre na oração hipotática é *dicendi*.

Assim, com base nos exemplos apresentados, podem-se formular duas hipóteses para o surgimento da construção “pelo que”. A primeira é que a estrutura relativa tenha passado por neoanálise, alterando a fronteira de constituinte. Isto é, não haveria mais um pronome demonstrativo seguido de uma oração relativa, mas uma estrutura só: “pelo que”. O processo cognitivo subjacente e responsável pela leitura da conjunção complexa como uma unidade seria o *chunking*. A segunda hipótese é que pelo que realmente surge da combinação da contração pelo acrescida do complementizador “que”, oriundo da própria tendência da Língua Portuguesa de formar construções com este pronome.

## Conclusões

O presente estudo mostrou que, no que tange às orações de conformidade, as gramáticas mais tradicionais de língua materna não consideram a conjunção

polimorfêmica “pelo que” como uma conjunção que pode introduzir uma oração subordinada adverbial de conformidade, mesmo havendo ocorrências que datam o seu uso desde o século XVI, como demonstrado pelo nosso *corpus*.

Assim, cabe ao professor de língua portuguesa a responsabilidade em aproximar os seus alunos de dados reais de uso da língua, que apontam para outras possibilidades (muito além daquelas prescritas pela gramática) de construção de sentido na língua.

Nosso estudo atesta que uma das motivações para a emergência da conjunção “pelo que” consistiu na “neoanálise” de orações relativas, mais composicionais, já que constituídas por uma preposição, um pronome demonstrativo e a oração relativa propriamente dita introduzida por “que”. Devido à frequência de coocorrências destes itens, eles passaram a formar um todo, uma unidade, devido ao processo cognitivo de domínio geral *chunking* (BYBEE, 2010). Uma outra explicação, complementar a essa, deve-se ao fato de o subordinador “que” estar na base de formação de várias conjunções em Língua Portuguesa.

## Referências

ÁLVARES, Leonardo Mendes; FREITAS, Alessandro Cardoso. *Pesquisa qualitativa em linguagem: trajetos metodológicos da observação participante*. João Pessoa: Ideia, 2018.  
BARRETO, Therezinha Maria Mello. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. 2 vol, Salvador, UFBA. Tese de doutorado, 1999.

BYBEE, Joan. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BYBEE, Joan; PERKINS, R.; PAGLIUCA, W. *The evolution of grammar: tense, aspect and modality in the language of the world*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

CARMO SANTOS, Cassiano Luiz do. *A construcionalização de segundo, conforme e pelo que*. 2018. 168f. Tese (doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CASTILHO, Célia Moraes de. *Fundamentos sintáticos do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2013.

CUNHA, Maria Angélica; BISPO, Edvaldo Balduino; SILVA, José Romerito. *Linguística Funcional Centrada no Uso: conceitos básicos e categorias analítica*. In: *Linguística centrada no Uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Maria Maura Cezário e Maria Angélica Furtado da Cunha (org.) Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ. 1ed, 2013.

FAGARD, Benjamin. *Grammaticalisation et renouvellement: conjonctions de cause dans les langues romanes*. Revue roumaine de linguistique, Bucuresti: Ed. Academiei Române, 1990-, 2009.

HALLIDAY, M. A. K. e MATTHIESSEN, C. M. I. M. *Construing experience through meaning: a language based approach to cognition*. London: Continuum. 1999.

KORTMANN, Bernd. Adverbial conjunctions. In: HASPELMATH, Martin; KÖNIG, Ekkehard; OESTERREICHER, Wulf; RAIBLE, Wolfgang. *Language typology and language universals: an international handbook*. Vol 1. Berlin: de Gruyter, 2001.

LIMA, Rocha. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio. 48 ed. 2010.

MACIEL, Maximino. *Gramática descritiva*. 12 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MESQUITA, Roberto Melo. *Gramática da Língua Portuguesa*. 8ª edição. São Paulo: Saraiva, 1999.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos de português*. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SAID ALI, Manuel. *Gramática secundária da língua portuguesa*. 8 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

TORRENT, Tiago Timponi. *A rede de construções em para (SN) infinitivo: uma abordagem centrada no uso para as relações de herança e mudanças construcionais*. Rio de Janeiro: UFRJ.

TRAUGOTT, Elisabeth Closs; TROUSDALE, Graeme. *Constructionalization and constructional changes*. Oxford, Oxford University Press, 2013.

Recebido em: 15/09/2024.

Aceito em: 27/12/2024.